

ÊXODO DE PROFESSORES

Longe da Ufrgs, perto do futuro?



Com salários defasados há mais de dois anos e sem garantias legais para manutenção da estabilidade, docentes da Ufrgs estão promovendo uma debandada rumo às instituições privadas

DUPLA FACE

Os avanços da Genética e suas conseqüências para a sociedade na opinião dos professores Elgion Loreto e Renato Zamora.

Pág. 4

UNICULTURA

Com o Unicultura, a Ufrgs volta a desempenhar um papel de destaque no calendário cultural porto-alegrense.

Pág. 5

PUBLICAÇÕES

A Série Teses, programa da Editora da Universidade para edição de dissertações de docentes, não passou do primeiro número.

Pág. 8

ENTREVISTA

O pedagogo Balduino Andreola, estudioso da obra de Paulo Freire e Ernani Fiori, explica porque acredita no poder transformador da palavra.

Pág. 12

Por uma política de extensão

As atividades de extensão nas universidades brasileiras começaram a ser exercidas, pelo menos de forma oficial, com o advento da Reforma Universitária de 1968, implantada na UFRGS desde 1970, quando começou o seu funcionamento com a atual estrutura. Por exigência legal, a Universidade exerce as suas funções através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, indissociadas.

O ensino e a pesquisa sempre tiveram entre nós uma atuação e um tratamento mais destacados. O mesmo não se pode dizer, no entanto, da extensão, a não ser em alguns momentos de sua curta trajetória acadêmica.

A ênfase no ensino e na pesquisa talvez decorra do maior prestígio que conferem aos seus executores, o que também pode explicar o isolamento de que hoje somos vítimas.

Deve se indagar, então, as causas que levam a extensão a um desempenho menor, apesar do reconhecimento de sua importância especialmente no momento em que a interação entre a universidade e a sociedade é tão crucial. Certamente entre estas causas, podendo não ser necessariamente a primeira, vamos encontrar a ausência ou falta de explicitação de uma política adequada para o setor de extensão. Esta, de fato, parece estar sendo a sua principal deficiência, já que as demandas são muito numerosas.

A forma como vem ocorrendo a atividade de extensão atualmente parece mais voltada a busca de meios financeiros, sempre escassos, do que a outros propósitos, quando não são confundidos, até com interesses pessoais.

A ausência de uma política adequada para o setor, que deve ser buscada urgentemente, precisará atentar para as suas verdadeiras finalidades intimamente associadas ao ensino e à pesquisa, organicamente concebidas e planejadas, para poder render os frutos que a sociedade dela espera.

ad nauseam



Nani

Informações jurídicas na Internet

Porto Alegre - Desde o dia 14 de maio, os associados da Adufrgs já podem obter, pela Internet, informações sobre o andamento dos processos trabalhistas em que estão incluídos. A homepage da associação (<http://www.adufrgs.org.br>) dispõe de um link que remete o usuário ao banco de dados da Adufrgs. Digitando apenas o nome do completo do interessado, é possível saber o número das ações e como anda a tramitação na Justiça.

Mobilização nas universidades

Porto Alegre - O próximo dia 27 foi definido como o Dia Nacional de Mobilização nas universidades. Em assembléia, os professores da Ufrgs decidiram não seguir orientação nacional de paralisação e pretendem realizar várias atividades para mobilizar a categoria. A Adufrgs está organizando a programação, que em breve será amplamente divulgada na Universidade.

Autonomia em votação no dia 27

Brasília - A proposta de emenda constitucional que altera a autonomia universitária (PEC/370) deverá ser votada no dia 27 pela comissão especial da Câmara dos Deputados. O item mais controvertido do relatório do deputado Paulo Bornhausen (PFL/SC) trata da destinação de 10% para o crédito educativo, retirados do Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior. Pelo texto, o Fundo será constituído por 75% dos recursos constitucionais para a educação. O relatório de Bornhausen, entretanto, não deixa claro qual é o montante de recursos a ser destinado exclusivamente às instituições federais de ensino superior.

Ditadura branca I

Os poderes imperiais dos chefes de governo da América Latina começam a ser questionados por entidades civis organizadas. Em nota oficial divulgada no dia 11 de abril, a Associação Americana de Juristas (AAJ) condenou a utilização da medida provisória 1.570/97 como mais um instrumento de violação do princípio do Estado de Direito e da anulação da missão constitucional do Poder Judiciário. Desta vez a MP criticada foi editada pelo Executivo brasileiro para garantir o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce e impedir a concessão do aumento de 28,86% aos servidores públicos. "Conforme opinião majoritária da comunidade jurídica nacional, a MP em referência é inconstitucional por ferir o princípio da igualdade", declarou o presidente da AAJ, José Felipe Ledur. "O ato do chefe do Executivo constitui indício de crime de responsabilidade, uma vez que atenta contra o livre exercício do Poder Judiciário e contra o exercício dos direitos individuais.

Ditadura branca II

Para a ONG comandada por Ledur, a indústria das MPs pode gerar graves consequências para o processo democrático brasileiro. "A reiteração das medidas provisórias — mais de 1.000 foram editadas ou reeditadas pelo atual Presidente da República — fere a normalidade constitucional", entende o jurista. A omissão do Legislativo, na opinião do presidente da AAJ, torna o processo mais desastroso e preocupante. "Desde Montesquieu, o princípio das funções dos poderes vem sendo considerado como o fundamento organizacional do Estado", analisa. "É estranho que se identifique justamente nesse fundamento a origem dos pressupostos da relevância e da urgência que exigiriam a edição da MP 1.570".

Aposentadoria compulsória

Brasília - O deputado José Pinotti (PMDB/SP) apresentou proposta de emenda visando elevar para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória dos professores de carreira das universidades públicas. A proposta foi rejeitada por 254 votos contra 218 e oito abstenções na sessão último dia 14.

Show grátis

Porto Alegre - A Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs sorteia, a cada show realizado no Salão de Atos, 30 convites para a comunidade acadêmica. Os interessados podem se inscrever na própria Prorext (5º andar do Prédio da Reitoria), ou pelo telefone 316.3374. Estão programadas as seguintes apresentações para este mês: Gilberto Gil (16), João Bosco (24) e Fito Paez (30 e 31).

Atualize seu endereço

Porto Alegre - Professor, atualize seu endereço residencial no cadastro da Adufrgs. A partir de junho, o jornal Adverso será enviado somente para sua residência.

ADufrgs

ADVERSO - Jornal da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS. CEP: 90050-120 Tel: (051) 226.27.19 e 316.34.95 FAX: (051) 226.1860 Interno UFRGS: 3495 E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; **1º Vice-Presidente:** Carlos Schmidt; **2º Vice-Presidente:** Lúcio Hagemann; **1º Secretário:** Eloína Prati dos Santos; **2º Secretário:** Jorge Ducati; **1º Tesoureiro:** Mário Braunèr; **2º Tesoureiro:** João Vicente Silva Souza; **1º Suplente:** Benedito Tadeu César; **2º Suplente:** Ricardo Jacobi.

Publicação quinzenal/Tiragem: 3.500 exemplares - Edição: Silvanio Mariani (MT/7481) Reportagem: James Görden Estagiárias: Adriene Trinca e Fabrícia Osanai



A "Era Blair" na Inglaterra

Paulo Gilberto Vizentini

Professor do Departamento de História/Ufrgs

Pergunta - O processo eleitoral inglês que culminou no Primeiro de Maio significa realmente o afastamento da "era Thatcher" - encerrando 18 anos de conservadorismo na Inglaterra? Se houve alguma mudança, esta foi em que direção?

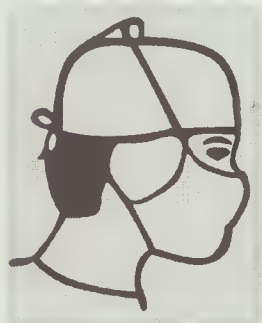
Resposta - A vitória eleitoral dos trabalhistas produziu uma mudança de ênfase, e não uma mudança de modelo, serão mais alterações de forma do que de conteúdo. Contudo, é importante salientar que, ao contrário do que diz a mídia, o Partido Trabalhista nunca foi marxista, nem socialista, nem radical. Neste sentido, o que mudou foi seu discurso para atingir o público de outra maneira, uma vez que a estrutura sindical que dava suporte ao Labour foi significativamente reduzida durante os anos Thatcher. Por outro lado, as pessoas no mundo inteiro viram a volta da esquerda (mesmo moderadíssima) como um indício do refluxo do neoliberalismo.

P - A visão de solidariedade, contrapondo-se ao "cada um por si" no liberalismo significa o abandono das teses da direita, ou elas acabaram integradas pelas propostas da esquerda vencedora?

R - A volta de uma política de estatizações seria inviável. Apesar disso, o resultado foi positivo porque sinaliza o desejo da sociedade por políticas sociais, emprego e por uma sociedade multicultural (entre as pessoas de origem afro-asiático-caribenha, Blair obteve 85% dos votos). Assim, o individualismo dos anos Thatcher-Major deverá ser ao menos atenuado. Ainda quanto à Inglaterra, trata-se também do cansaço em relação aos aspectos negativos da agenda neoliberal (desfazer estruturas anteriores e promover ajustes), e o desejo de passar aos itens "positivos": "já pagamos o preço e agora queremos os resultados prometidos", uma vez que a estabilidade seria apenas uma condição para o avanço e os poucos setores que cresceram não geraram emprego. O irônico é que agora cabe aos trabalhistas produzir o que os conservadores prometeram.

P - De que forma os recentes acontecimentos na política inglesa podem influir no resto do mundo?

R - Se espera que o novo governo britânico dê uma resposta mais positiva para a integração européia. Mas, também neste caso, terão de dar respostas às questões que os conservadores não enfrentavam, além de apenas utilizá-las como retórica política (o anti-europeísmo). Enfim, de qualquer modo, trata-se de uma recusa àquele que foi o primeiro modelo neoliberal, e que reduziu a Grã-Bretanha à condição de nação "estável", mas de segunda classe



O sistema de saúde tem remédio?

Elisabeth Barros

Membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)

Pergunta - A liminar concedida pelo STF — que desobrigou os planos de saúde de São Paulo a cobrir atendimentos a doenças não previstas no contrato com o segurado — não está invertendo os papéis na medida em que torna o sistema público um complemento do sistema privado de saúde?

Resposta - Todo cidadão — independentemente de ser ou não filiado a um plano/seguro saúde — tem direito à cobertura através do sistema público. O que ocorre é que, na medida em que os planos ou seguros restringem o atendimento — e em geral essas restrições se referem às patologias e procedimentos de maior custo — dirige-se para o sistema público essa demanda. Isso significa uma importante forma de subsídio para o sistema privado. No recente documento que lançou o Plano de Ações e Metas Prioritárias, o Ministério da Saúde afirmou que "a saúde pública gasta em torno de R\$1,3 bilhão por ano com o diagnóstico e o tratamento de doenças complexas, que em grande parte deveriam ser cobertos pelos planos de saúde". Um dos substitutivos ao Projeto de Lei em tramitação no Congresso prevê a instituição de mecanismo para ressarcimento, pelas empresas, ao sistema público de valores correspondentes a atendimentos a segurados, com base em tabelas a serem definidas. Do meu ponto de vista, essa é uma solução que apenas legitima a prática hoje em vigor. Ressarcir o sistema público deve ser mais interessante para as empresas do que realizar os investimentos em equipamentos e arcar com os custos reais de oferecer os serviços. A melhor solução é caminhar em direção à implantação de um sistema público universal e, simultaneamente, regular os planos/seguros e exigindo deles cobertura integral. Mas é também a política mais difícil, a menos que o cidadão brasileiro desperte e se organize para lutar por seus direitos. Hoje, há uma oportunidade de fazer isso: apoiando o Movimento SOS SUS, que a Plenária Nacional da Saúde está capitaneando.

P - A liminar concedida em São Paulo pode abrir precedente para que haja jurisprudência idêntica ao resto do país?

R - Tenho dificuldade de responder a esta questão, por duas razões: não sou jurista e não tive acesso ao Parecer do Supremo, apenas às notícias pela imprensa. Contudo, uma decisão do Supremo certamente cria jurisprudência para os casos similares e, portanto, deverá ser referência nacional.

3 - Sistema público ou privado de saúde: o que é mais adequado ao nosso país?

R - Independente de qualquer escolha de caráter político-ideológico, numa sociedade que tem a distribuição de renda como a nossa, o sistema público será sempre necessário. Mesmo que as recentes medidas de estabilização tenham melhorado o poder aquisitivo da população, não alteraram o perfil da distribuição da renda, um dos mais perversos do mundo. Em termos absolutos o Brasil é, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o quarto entre os países com maior número de pobres no mundo, superado apenas pela Índia, China e Bangladesh. Portanto, a sociedade deve, através do Estado, assegurar as condições de exercício de cidadania social. E deve fazê-lo respeitando o princípio da equidade e da igualdade de direitos. A utilização do sistema privado, que também tem sua existência assegurada pelo texto constitucional, deve decorrer da livre escolha do cidadão e não ser uma contingência face à precariedade do sistema público. E a sobrevivência do sistema privado não deve, nunca, depender de subsídio estatal, direto ou indireto.

Visite a página da ADUFRGS na Internet: <http://www.adufrgs.org.br>

SERVIDOR PÚBLICO QUER APITO

Repetindo uma prática que nasceu nas areias da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, os parlamentares de oposição promoveram um apitão durante as votações da Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados, ocorridas entre os dias 6 e 8 de maio em Brasília. O objetivo era impedir que o "golpe da maioria", armado no Plenário da Câmara, se consumasse. A manobra política, adotada pelos governistas e aceita pelo presidente da Casa, deputado Michel Temer (PMDB-SP), consistia em transformar a exigência dos 308 votos em maioria simples, ou seja, aproximadamente 250 votos derubariam os destaques propostos pela oposição.

As professoras aposentadas Leda Gobetti e Renita Allgayer representaram a Adufrgs em Brasília, juntamente com outros servidores públicos de todo o país. Elas participaram do Fórum em Defesa da Ciência e Tecnologia presidido pelo Deputado Ivan Valente (PT-MG). Estiveram presentes os presidentes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) e da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra). O evento contou com o apoio de deputados federais de todos os partidos políticos e com a participação de pesquisadores como o professor Clodoaldo Pavan.

Um dia antes do apitão, foi organizado um "corredor polonês" no local de trânsito dos parlamentares. As palavras de ordem "Senhores deputados, com vista ao ano de 1998, os servidores públicos informam: Reforma, só agrária" serviam para intimidar os parlamentares. O ato resultou na expulsão dos servidores que distribuíam um manifesto, em que se registrava a indignação diante da manobra governista. Este fato fez com que os deputados promovessem o apitão como último recurso para impedir o golpe. O objetivo foi alcançado e voltou-se à negociação. Parlamentares da situação, desaprovando a atitude da maioria, também prestaram seu apoio.

Na opinião das professoras que participaram das manifestações, a representação dos dirigentes não basta, é preciso que a base se faça presente. "A mobilização de nossa categoria torna-se imprescindível neste momento de reformas que retiram os direitos conquistados como a estabilidade, a obrigação do concurso público e a paridade entre ativos e inativos", reforça Leda Gobetti.

GREVE NAS ESCOLAS ESTADUAIS

" Nós podemos mudar o cenário político do Rio Grande do Sul "

Lúcia Camini, presidente do Cpers/Sindicato, no Adverso nº 13

Vinte mil professores da rede estadual de ensino realizaram a maior assembleia da história do Cpers/Sindicato. Reunidos no Gigantinho na quinta-feira (15) os professores decidiram paralisar suas atividades por uma semana com manifestações por todo o estado. Os professores acusam o Governo Britto de estar fora da lei por não conceder um reajuste salarial aos professores do estado previsto numa lei orinda do próprio executivo estadual.

Renato Zamora Flores - Prof. do Departamento de Genética/Ufrgs

Os avanços obtidos pela Genética estão sendo difundidos para que toda a sociedade se beneficie?

Ainda que também ocorra em países mais avançados, esta questão é especialmente grave no Brasil. A maior parte dos avanços científicos e tecnológicos nesta área são desenvolvidos nas Universidades ou em órgão públicos que fazem pesquisas. Por exemplo — a assimilação de técnicas de PCR (Polimerase Chain Reaction) aplicadas a diagnósticos médicos ou — uma área ainda mais polêmica devido aos gigantescos lucros que produz as determinações de paternidade baseadas em polimorfismos do DNA. Uma vez prontos para uso, como não são absorvidos pelos órgãos do sistema de saúde, ficam disponíveis apenas em laboratórios particulares, por um custo tão elevado que somente uma pequena parcela da população pode se beneficiar deles. Um exemplo flagrante são os exames pré-natais para doenças genéticas. Em Porto Alegre, determinações de paternidade de boa qualidade estão disponíveis apenas para particulares, mesmo que, para surpresa geral, estejam sendo feitas em hospitais públicos, como o HCPA. Em Curitiba, um laboratório privado oferece cinco modalidades de exames para detecção de predisposição genética a diferentes tipos de câncer, nenhum deles disponíveis para pacientes do SUS. Acho que pós-modernidade é isso, a tecnologia existe mas não é igualmente real para todos. Além disso, os profissionais habilitados, formados nas Ifes ou no exterior, também com verbas públicas, quando na iniciativa privada, poucas vezes desenvolvem atividades que tragam algum benefício para o país ou que ajudem a diminuir a desigualdade social. Aliás, este é um aspecto pouco valorizado pela comunidade científica.

Qual a sua opinião sobre a relação cientista/

sociedade?

Nem se pensa em colocar em discussão a liberdade de escolha sobre como e por onde um pesquisador conduz sua pesquisa, ou mesmo estabelecer limites sobre os objetos de estudo. Por outro lado, não parece adequado que um cientista, do qual se espera consciência e conhecimento do mundo a sua volta, ignore reflexões sobre relevância de seus trabalhos e sobre as consequências de suas pesquisas. Um cientista alienado, ou não conhece ciência, ou está fadado a produzir algo de utilidade discutível. Pior, as vezes causa uma catástrofe. Não se pode separar um pesquisador de sua cultura, de modo que uma sociedade sem ética produz cientistas igualmente sem ela.

Com os avanços da Genética, a supressão da diversidade biológica pode causar alguma deficiência na proteção natural da espécie?

No que diz respeito aos seres humanos, não há nenhuma vantagem aparente em clonar-se um grande número de indivíduos iguais, já que o nosso modo de criar filhotes exige atenção constante de um adulto, o que coloca, a grosso modo, um adulto por criança, aumentando muito a variabilidade dos fenótipos adultos. Quando a clonagem humana ocorrer, será mais no varejo do que no atacado. Penso que será desencadeada ou por uma grande vaidade pessoal ou por um radicalismo religioso, ambas grandes forças motoras da história da humanidade. Ainda que o assunto seja comentado apenas de maneira especulativa, há possibilidades de que um clone seja desenvolvido para prover seu doador de órgãos adequados para transplantes, aumentando, quem sabe, a longevidade humana. Para estes casos, proponho, desde já, um terrível castigo: que sejam condenados a imortalidade em um corpo envelhecido.

Qual a possibilidade de uma nova onda de

“higienização racial” provocada pelos conhecimentos do Projeto Genoma?

Esta possibilidade existe, mas não pelo Projeto Genoma Humano. Atualmente há uma forte corrente científica propondo que, devido a alta herdabilidade da inteligência (que é uma hipótese bastante questionada) e a vinculação desta com a hierarquia social, é um mau investimento melhorar as qualidades do ensino público para as populações carentes, que seriam portadoras de genes para pouca inteligência. A bíblia desta ideologia é “The Bell Curve”, um livro de 850 páginas lançado em 1994, de autoria do psicólogo já falecido Herrnstein e do sociólogo de Harvard, Murray. Recentemente, fez grande sucesso nos Estados Unidos um filme para a TV, “The twilight of the gods” que trata do drama existencial de uma gestante, que possui um irmão homossexual, e se pergunta se deve ou não fazer um exame de diagnóstico pré-natal para identificar um hipotético gene do cromossomo X que predisporia os indivíduos do sexo masculino a homossexualidade. O marido diz que não deseja um filho gay e o irmão, de quem gosta muito, diz que fazer o exame é uma forma subjetiva de matá-lo. O exame, de fato, não existe, porém, foram encontradas correlações entre variabilidade genética de uma das extremidades do cromossomo X e variações na orientação sexual. O filme, porém, traz para a discussão um problema que deve se tornar cada vez mais importante: a medida em que podemos entender e manipular nosso genoma, o que esperamos fazer dele? Eu pessoalmente, gostaria de ser revertido a macaco, aliás, do que nunca deveria ter me afastado.



Elgion Loreto - Prof. do Departamento de Genética/UFSM



Os avanços obtidos pela Genética estão sendo difundidos para que toda a sociedade se beneficie?

O acesso da população aos produtos e processos gerados pela pesquisa em genética não deverá diferir dos desenvolvidos por toda as outras áreas do conhecimento. De uma forma geral, o que se tem observado, é que, em uma primeira fase, os produtos do desenvolvimento tecnológico são raros e caros, ficando o uso restrito a uma pequena parte da população. Em uma segunda etapa, espera-se um aumento na oferta, acompanhado de popularização. Não há porque imaginar que a difusão e uso dos avanços obtidos pela genética sejam diferentes de qualquer outro, independente do seu valor. Ninguém desconhece a importância nutritiva do leite, porém em nossa sociedade, nem todos têm acesso igual a esse alimento. As “regras de acesso” aos produtos gerados por uma sociedade são independentes da área de conhecimento ou da forma em que estes produtos foram produzidos.

Qual sua opinião sobre a relação cientista/sociedade?

No século XVIII, a produção do conhecimento

científico iniciava uma transformação importante, deixava de ser um passatempo de nobres e religiosos para tornar-se gradualmente uma atividade profissional de leigos pagos pelo Estado. Hoje, ao menos na área de genética e biologia molecular, cada vez mais as pesquisas ditas “básicas” são feitas pela iniciativa privada e a tendência parece ser a “ciência” transformar-se em uma atividade de empresas. Nesse contexto, o cientista torna-se um operário de grandes grupos empresariais envolvidos em programas de grandes dimensões ou transforma-se em um “micro-empresário” gerando tecnologia de ponta e produtos diferenciados. Se, cada vez mais, o setor público diminuir sua participação na produção do conhecimento científico não poderá se furtar de investir massivamente na difusão desse conhecimento para a sociedade. Somente a formação de cidadãos com boa educação em ciência permitirá julgar com clareza, o que é benéfico ou prejudicial para a sociedade, construindo padrões éticos para o uso e aplicações das novas tecnologias.

Com os avanços da genética, a supressão da diversidade biológica pode causar alguma deficiência na proteção natural das espécies?

Não, em absoluto. O desmatamento, a poluição e o crescimento desordenado das populações humanas são mecanismos sem competidores para a diminuição da biodiversidade. O desenvolvimento da técnica de clonagem de mamíferos trouxe consigo várias críticas, entre elas, o perigo da redução da diversidade genética em espécies exploradas economicamente. No entanto, convém lembrar,

os métodos tradicionais de melhoramento genético, implicam necessariamente na diminuição da variabilidade, aos níveis colocados no exemplo citado na pergunta. Os avanços na genética, ao contrario, tem permitido monitorar os graus de diversidade genética nas populações naturais ou mantidos com fins agropecuários. Essas técnicas possibilitam um manejo correto dessas populações, bem como o estabelecimento de bancos de germoplasmas que sejam significativos para a preservação da biodiversidade.

Qual a possibilidade de uma nova onda de “higienização racial” provocada pelos conhecimentos do Projeto Genoma?

Penso que o risco maior, advindo do Projeto Genoma Humano é a discriminação de indivíduos portadores de certos genes tidos como “desfavoráveis”. Esses indivíduos, uma vez identificados podem passar a ser preteridos para cargos ou funções e, também, constituir “grupos especiais” para fins de seguro, previdência e planos de saúde. Quanto à “higienização racial”, não consigo imaginar programas estatais para tal fim. Já os processos de escolha dos indivíduos visando a presença ou não de algumas características em seus filhos pode ter aspectos positivos ou negativos. Em todos os casos, é necessário a regulamentação dos limites de escolha dentro do que venha a ser considerado ético ou não.

Universidade vai aos acampamentos do MST

Depois de conquistarem a alfabetização, os sem-terra querem ter acesso ao ensino público superior

Agência Andes - O ensino superior deve se tornar realidade para os trabalhadores rurais do Movimento Sem Terra a partir do próximo ano. Cerca de cem estudantes dos assentamentos distribuídos em 23 estados do país aguardam, ansiosamente, pelo sucesso de um projeto do movimento que estabelece uma parceria com universidades brasileiras. Se a idéia vingar, o primeiro curso a ser oferecido aos alunos será o de Pedagogia.

"A gente está em fase de namoro com várias universidades para um esquema de aplicação do curso de terceiro grau em esquema de férias", explica a coordenadora da Comissão de Educação Infantil do MST e membro da Executiva Nacional do Setor de Educação, Edna Rodrigues de Araújo. De acordo com o projeto, os estudantes dos assentamentos se deslocariam para a universidades nos meses de janeiro, fevereiro e julho. Nos demais meses do ano, esses estudantes fariam atividades dedicadas à própria comunidade onde moram, como acontece com os cursos de Magistério existentes no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul.

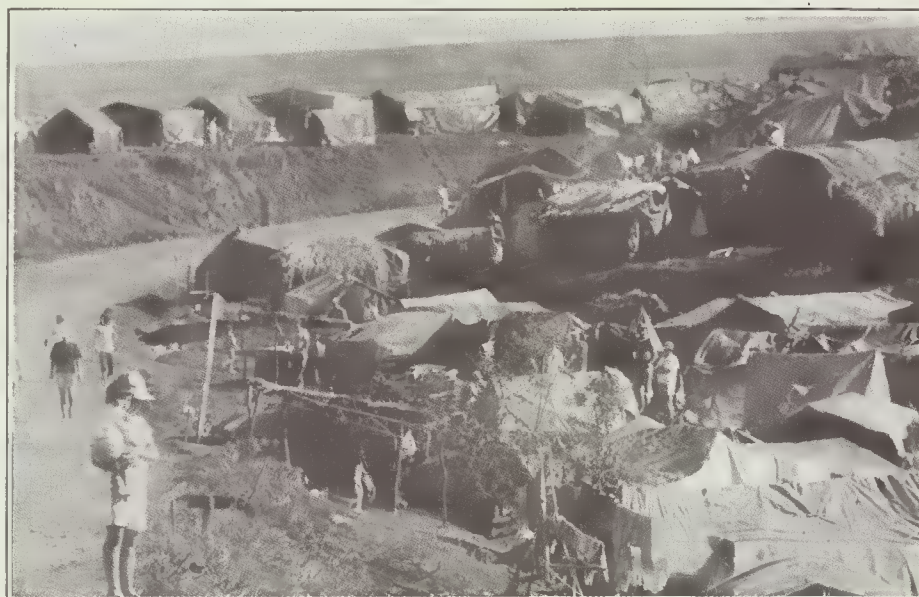
Atualmente, quarenta mil alunos dos assentamentos do MST só tem acesso ao ensino de primeiro grau (até oitava série) e ao Curso Técnico para o Magistério. Desses

quarenta mil alunos, oito mil estão em fase de alfabetização. Os 1.800 professores e 600 monitores responsáveis pela educação nos assentamentos aplicam uma proposta pedagógica completamente voltada para a realidade do movimento.

Isso equivale a dizer que um adulto em fase de alfabetização, por exemplo, não aprende somente a ler e a escrever, como acontece na escola tradicional. Ele adquire, também, conhecimentos que fazem parte do dia-a-dia de trabalho, como o cálculo de juros e percentagens. Além disso, ele entra em contato com questões do seu interesse em versão ampliada. "Se o assunto é agricultura, ou outro qualquer, o estudante vai saber como outros estados e países encaram o tema. O aluno tem uma visão mundial dos fatos em destaque na atualidade", acrescenta Edna de Araújo.

Base — Para que todo esse projeto dê certo, os professores seguem um programa pedagógico editado em caderno publicados pelo próprio MST. São diretrizes fundamentais para o ensino infantil, alfabetização de jovens e adultos e formação de professores.

Dentro dessa linha de trabalho, foi formada a primeira turma do Curso de



Nos assentamentos, 40 mil alunos cursam o 1º grau

Magistério do MST, com 43 alunos, no ano passado. No Paraná, o movimento editou uma cartilha de alfabetização. Todo esse trabalho só é possível graças a um forte esquema organizacional.

O processo educativo nos assentamentos está subordinado a uma coordenação estadual e outra nacional do MST. Todos os monitores

e professores são treinados para o trabalho no campo e pagos pelo Município ou pelo Estado. Em estados do Nordeste, como Sergipe, Bahia e Ceará, onde o nível dos monitores vai, no máximo até a quarta série, o movimento faz parcerias com as universidades para elevar a qualidade de ensino nos assentamentos.

O caminho da cultura tem atalho na Ufrgs

Referência no calendário cultural porto-alegrense, o Unicultura volta reformulado em maio

Abril é tradicionalmente o mês em que iniciam as atividades do programa Unicultura. Este ano, a comunidade acadêmica surpreendeu-se ao notar que não existia programação agendada. Boatos circularam pela universidade especulando que o motivo do atraso estaria na disputa dos organizadores em torno da escolha do cartaz de divulgação. O diretor do Departamento de Difusão Cultural, Nei Vargas da Rosa, afirmou ao **Adverso** que o atraso foi motivado pelas dificuldades na definição de uma nova programação visual para o projeto. A partir de uma pesquisa realizada junto aos frequentadores do Unicultura, chegou-se à conclusão de que a maior parte do público fica sabendo das atividades por meio de cartazes. "Isso fez com que repensássemos e explorássemos mais as peças gráficas", explicou Nei. A tentativa de estabelecer uma unidade gráfica a todo o material de divulgação — agora reformulados — inviabilizou o lançamento do projeto no mês passado, justifica o diretor.

Mas o projeto retorna à cena agora em maio, incorporando em seu formato as informações reveladas pela pesquisa. Intitulada "Avaliação do Programa Unicultura", o trabalho foi realizado por alunos da disciplina Pesquisa de Mercado e Estatística, coordenada pela professora Márcia Elisa Echeveste. Da coleta de dados extraiu-se que a maioria dos frequentadores do Unicultura é do sexo feminino (60,7%), com idade até os 36 anos (76,3%), e com vínculo a instituições universitárias (55,8%). Desses, a maior parte está ligada à Ufrgs

(77,9%).

A estruturação de novas programações, com a utilização do que é produzido no meio acadêmico, também foi ressaltado pela pesquisa e agora faz parte das preocupações dos organizadores do Unicultura. O público concorda que os eventos estejam vinculados ao ensino e pesquisa (64,2%), e massivamente concorda que o programa dê oportunidade aos novos talentos (95%). Segundo o diretor do Departamento de Difusão Cultural, além de fomentar a cultura, o projeto pretende estimular o aproveitamento dos recursos produzidos pela própria Universidade. "A idéia é contemplar e valorizar os saberes que a Universidade produz", assegura. "Nós estamos abertos a novas propostas, e quem quiser colaborar pode nos procurar e trazer sua proposta de evento", salienta o diretor.

Um pouco de história

Foi no final dos anos 70 e início dos 80

que uma nova safra de produção cultural, há muito tempo adormecida ou sufocada pelo regime militar, começou a florescer ao embalo da distensão "lenta, gradual e segura". As propostas estéticas que norteariam a década vão aos poucos encontrando espaços nesse novo clima político e cultural. Atenta, em 1981 a Ufrgs lançou o Unimúsica, com o objetivo de abrigar as diversas manifestações da comunidade acadêmica. O projeto recoloca a universidade no calendário cultural da cidade, e a resposta do público e de artistas fez com que o Unimúsica se transformasse num canal de livre expressão das manifestações musicais gaúchas, extrapolando as ambições internas aos muros da academia. A

universidade cria então em 1983, sob o nome de Uniarte, os projetos Unicena, Unifilme, Unidança e Doze e Trinta, este último dirigido à música erudita. Três anos mais tarde o Uniarte foi substituído pelo projeto Centro Cultural, que imprimiu uma orientação diferenciada ao antigo projeto. O Centro Cultural, entretanto, não logrou o êxito

PROGRAMAÇÃO PARA MAIO DO UNICULTURA

- Dia 19** - Unidéia: Unicultura em debate
- Dia 20** - Unifilme: Delicatessen
- Dia 20** - Unicâmara: Ayres Potthoff
- Dia 21** - Unicena: Ich Feuerbach
- Dia 22** - Unimúsica: Flora Almeida & Kozmic Blues
- Dia 23** - Univideo: Portfolio/Hique Montanari
- Dia 26** - Unifoto: Fotografia Ambiental
- Dia 27** - Uniarte: Exposição "Ver o Tempo"
- Dia 28** - Unidança: Domínio Público

alcançado pelo Uniarte, que no biênio 83/84 alcançou um público de 135.580 pessoas em 179 eventos.

No início dos anos 90, já sob a administração de Hélgio Trindade, uma pesquisa encaminhada pela Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs revelou a existência de um público acadêmico ávido pelo retorno do bem-sucedido Uniarte. O show "Geração Unimúsica", que contou com a participação de alguns músicos saídos do projeto, marcou então o nascimento do atual Unicultura. Com o projeto, a Ufrgs voltou a ocupar o papel perdido no final dos anos 80. A importância desses espaços proporcionados pela universidade é resumida pelo músico Nei Lisboa ao lembrar a magnitude dos eventos produzidos na década passada: "Pode-se dizer que o Unimúsica não apenas existia para que ali se apresentasse a música que fazíamos: fazíamos música porque o Unimúsica existia".

O SUCESSO DE PÚBLICO EM MAIS DE 15 ANOS

Ano	Projeto	Eventos	Público
81	Unimúsica	24	12.000
82	Unimúsica	34	24.000
83	Uniarte	88	71.000
84	Uniarte	91	63.880
93	Unicultura	64	11.000
94	Unicultura	68	22.699
95	Unicultura	64	24.000
96	Unicultura	60	24.000

ÊXODO NA UFRGS

O último que sair, apague a luz



Por James Görgen

alvez não muito tempo. Hoje a Ufrgs não sabe como ocupar rapidamente as 410 vagas de docentes que estão abertas simultaneamente. Com o número de cargos estabilizados pelo governo em 2.634, existe um buraco de 15,6% que está causando distorções. Certos departamentos possuem professores saindo pelo ladrão. Em outros, é preciso contratar substitutos para os alunos não ficarem sem aula.

“Um pleito muito freqüente dos diretores de unidade é no sentido de ampliação do número de vagas”, afirma a pró-reitora de Graduação, Lorena Holzmann da Silva. Como passa pelo Ministério da Educação, a criação de novos cargos não seria fácil uma vez que existem tantas vagas não preenchidas.

Quem parte, quem fica

O maior desfalque no time da Ufrgs vem sendo gerado por aposentadorias em massa que surgiram depois de 1990. De um ano para outro, o número de professores desligados por tempo de serviço passou de 26 para 200. “A partir de 90, houve uma sangria na Universidade”, avalia Holzmann da Silva.

De acordo com dados fornecidos pelo Núcleo de Informática da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade: Universitária (Prorhesc), nos últimos sete anos a Universidade perdeu 720 docentes por motivos de aposentadoria. Este número representa 88% do total de 819 professores que deixaram a Ufrgs neste período. “Há

Parece uma debandada organizada com tons de pânico coletivo. Desde 1990, com a passagem meteórica do carioca Fernando Collor de Mello pela cadeira principal do Palácio do Planalto e a ameaça de “cesariana constitucional”, a instabilidade legal vem cavando um rombo no quadro de pessoal da Ufrgs e de muitas universidades públicas brasileiras. Ameaçados de perder benefícios e garantias petrificadas nas páginas da Carta Magna, dezenas de professores, que continuavam na ativa com mais de 30 anos de serviço, começaram a entrar com seus pedidos de aposentadorias. Outros tantos, sem receber reajuste salarial há 28 meses, começam a olhar para o lado e ver que a grama das universidades privadas — ou de empresas — é mais verde. Em busca de um futuro seguro, pular a cerca pode ser uma questão de tempo.

algumas gerações, os professores só aposentavam pela compulsória ao 70 anos de idade”, lembra a pró-reitora.

Muitas vagas, poucos candidatos

Um dos ônus acarretados pelo grande volume de desligamentos é a realização de concursos públicos para preenchimento das vagas. Até maio deste ano, 57 editais foram publicados. Somente em 96, a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) da Ufrgs publicou 157 editais dos mais diversos departamentos. Deste total, 38 ainda não foram concluídos e nove, na categoria de professor-adjunto, não tiveram candidatos inscritos pela falta de expectativa profissional. “Existem situações onde está difícil preencher as vagas”, admite Holzmann da Silva.

Realizando ou não os concursos, existem gastos para a Universidade. Um estudo da Prograd estimou em R\$ 1,5 mil o custo médio de um concurso para professor-auxiliar ou assistente e R\$ 2,5 mil para adjunto ou titular. “Além disso, temos de pagar as despesas com a publicação dos editais no Diário Oficial da União e em um diário de grande circulação”, acrescenta a pró-reitora.

Se todos os editais do ano passado fossem concluídos, a Universidade gastaria, por baixo, R\$ 235,5 mil em concursos que talvez não preenchessem os cargos para os quais foram abertos. “Há pouco tempo, trouxemos dois convidados de fora do estado para participarem da banca de concurso para professor-adjunto de uma unidade, e os únicos dois candidatos

não se apresentaram”, conta a professora.

Professor por um dia

Sem concretizar as contratações, o jeito é improvisar. De 1990 a 97, a Universidade contratou 1399 professores-substitutos para ocuparem, temporariamente, vagas de docentes não supridas pelos concursos públicos ou daqueles que se afastam pelos mais diversos motivos. Muitas vezes contando a experiência profissional adquirida no mercado de trabalho e um diploma na graduação, os professores com mandato-tampão caem de pára-quadras na realidade acadêmica e podem estar colaborando para reduzir a qualidade do ensino público superior.

Para tentar amenizar os efeitos do problema, uma política de pessoal dentro da Ufrgs passou a dar preferência pela contratação de professores com doutorado. Na opinião de Hennemann, este tipo de docente traz dois benefícios para a Universidade. “Ele fica mais tempo dentro da instituição por já ter completado sua titulação e é um professor pronto”, considera o pró-reitor.

Atração fatal

O difícil é atrair este tipo de docente para dentro dos campi. Com o salário fixado por uma tabela que não se movimenta há 28 meses, o plano de carreira das universidades públicas brasileiras afugenta qualquer acadêmico que sonha com um futuro profissional. Considerada uma das principais instituições de ensino superior do país, a Ufrgs paga pior do que a maioria das universidades privadas do Rio Grande do Sul (veja tabela comparativa). “Na pós-graduação, o que segura o docente é mais o ambiente de trabalho que ele tem do que o salário”, analisa Hennemann.

Cobiçados por empresas e universidades em fase de estruturação, muitos professores graduados nas melhores academias do mundo preferem manter suas pesquisas em torno das faculdades públicas por terem liberdade para trabalhar. Esta opção vem segurando a explosão do êxodo. Do total de 819 desligamentos ocorridos nos últimos sete anos, apenas 5 foram motivados por demissão ou rescisão de contrato. “O perigo da perda de professores existe, mas as empresas podem aprender a atuar em parceria ou contratar os egressos de nossos cursos no lugar de levar nosso corpo docente”, espera o pró-reitor de Pós-Graduação.



Desta para pior?

Passar da classe ativa para a inativa pode ser um processo traumático para os professores das universidades federais que atingem o tempo de serviço exigido para se entrar com um pedido de aposentadoria. Na maioria das vezes, o período de pedir o bonê se completa junto com o auge da carreira de um intelectual que dedicou mais da metade da vida ao magistério ou à pesquisa dentro de uma instituição pública. Quando as regras estão estáveis e o salário compensa, quase ninguém pensa em ficar em casa e virar as costas para o trabalho acadêmico. Mas quando faltam perspectivas e recursos, o assunto é outro e a porta da universidade pública se transforma na melhor saída para uma situação onde imperam dúvidas.

Foi o caso do professor de química Attico Chassot, 58 anos. Ele tinha 52 anos em 1991, quando resolveu entrar para a alados inativos. Além dos 30 anos de serviços prestados à Ufrgs, o ex-vice-diretor do Instituto de Química só tinha um motivo para pendurar

as chuteiras quase 20 anos mais cedo do que o necessário: o medo de perder garantias. “Me aposentei nesta época porque era um período de anomia legal sem preceden-tes”, conta Chassot, que entrou para Universidade em 1962 e virou pro-fessor-auxiliar em 67.

Longe da senili-dade, o professor não ficou um mi-nuto parado. “Eu enxergava que teria opções fora da Ufrgs”, lembra. Logo que se aposentou no papel, Chassot passou a dar aula na Ulbra. Em 94, concluiu seu doutorado em Educação. Ano passado, foi convidado para ser professor do Mestrado em Educação e de graduação na Unisinos, onde faz 40 horas semanais e recebe um salário superior que o da aposentadoria. Na nova casa, Chassot publicou três livros (um está na 5ª edição), 12 trabalhos e atua como co-editor em duas revistas científicas. “Eu saí da Ufrgs no auge da minha carreira”, acredita o coordenador da Comissão de Carreira da Química da Ufrgs por 4 mandatos.



Fabricia Osana

Foto acima: Attico Chassot, professor na Unisinos, recebe um salário superior à aposentadoria

Conselho Universitário quer criar cargo de professor-colaborador

Sem o medo das reformas na Constituição, o ex-catedrático de História da Arte Estética, Carlos Mancuso, 67 anos, diz que resolveu se aposentar em 1987 porque estava na hora de dar mais espaço às carreiras de arquiteto e pintor. Se soubesse que atualmente uma das pautas das reuniões semanais do Conselho Universitário da Ufrgs seria a criação do cargo de professor-colaborador, talvez a vocação falasse mais alto para Mancuso. “Sempre fui um entusiasmado em dar aula”, conta o ex-professor. “Desde 1967, formei mais de seis mil alunos entre a Faculdade de Arquitetura e o Instituto de Artes”, calcula.

Segundo o pró-reitor de Pós-Graduação, José Carlos Hennemann, a Universidade pretende segurar mais tempo professores como Mancuso. Hoje, as bolsas do CNPq mantêm os docentes que se aposentam por, no máximo, quatro anos, tempo suficiente para eles completarem a orientação de mestrands e doutorandos ou encerrar alguma pesquisa. Com a criação da figura do professor-colaborador, a Ufrgs pretende manter um contato vitalício com seus mestres para que a experiência dos veteranos possa servir de auxílio e inspiração aos futuros pesquisadores. “O cargo seria exercido sem remuneração”, ressalva Hennemann.

No tempo em que Mancuso entrou para a Universidade, a figura do catedrático (especialista que dominava uma área do conhecimento) tinha todos os poderes imagináveis, e dinheiro não era problema. Graduado em 56, o arquiteto de 26 anos foi convidado por um destes “deuses” para assumir o cargo de professor-auxiliar. A preparação durou um ano: seis meses de assistência às aulas do mestre e outro semestre preparando-se para o concurso. “Naquela época, se contratava pelo notório saber”, diz o aposentado.

De cinco em cinco anos, o MEC aprovava ou não promoção financeira pelos méritos de cada docente. Em 1964, antes de galgar o segundo posto no quadro de carreira, Mancuso resolveu fazer o concurso para a Cátedra de História da Arte Estética e pular alguns degraus. Poucos anos mais tarde, a reforma do ensino obrigaria os professores a se pós-graduarem com os cursos de mestrado e doutorado para poderem ser promovidos. Sem saber, Mancuso já era doutor.

Aposentados lideram desligamentos

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	Total
Aposentadoria	26	200	90	75	78	121	118	12	720
Exoneração		4	13	22	14	13	15	6	87
Rescisão			1		2				3
Demissão		1				1			2
Falecimento			1	2	2		2		7
TOTAL	26	205	105	99	96	135	135	18	819

A penúria expressa em números

Veja a diferença de salário entre os professores da Ufrgs e os docentes das universidades privadas

20 horas	UFRGS (Já com 160% GAE)	UNISC	UCPEL	UPF	PUC	UNISINOS	ULBRA
Auxiliar	Nível 1: R\$ 318,00 Nível 4: R\$ 362,88	R\$ 1.284,00	R\$ 1.107,64	R\$ 943,63	R\$ 1.250,55	R\$ 1.238,33	R\$ 1.303,53
Assistente c/Mestrado	Nível 1: R\$ 494,41 Nível 4: R\$ 564,25	R\$ 1.694,84	R\$ 1.504,27	R\$ 1.318,13	R\$ 1.585,81	R\$ 1.695,91	R\$ 1.368,17
Adjunto c/Doutorado	Nível 1: R\$ 738,03 Nível 4: R\$ 842,19	R\$ 2.141,47	R\$ 1.892,75	R\$ 1.832,98	R\$ 2.072,43	R\$ 2.044,77	R\$ 1.699,74
Titular	Nível 1: R\$ 1022,37	R\$ 2.584,77	R\$ 2.273,96	R\$ 2.082,46	R\$ 2.377,45	R\$ 2.180,00	R\$ 1.904,43

Plso SINPRO/RS Hora/Aula: R\$ 8,73 20h: R\$ 916,65 Mestre: R\$ 1.008,31 Doutor: R\$ 1.054,14 Quadrênio: mais 4%

A via-crucis das teses de pós-graduação

Sem um programa de publicação de dissertações, a editora da Ufrgs não sabe como escoar a produção intelectual dos acadêmicos

Pesquisar é preciso, publicar o resultado, nem tanto. Dentro das universidades públicas brasileiras, a distância entre elaborar uma dissertação de pós-graduação e transformá-la em livro é a mesma que existe entre um lado e outro de uma rodovia movimentada. E para atravessar um curto trecho sujeito a acidentes fatais, o autor/pedestre conta somente com as próprias pernas. Não que todas teses e monografias fiquem mofando nas mãos dos editores. Um determinado número de trabalhos de professores, que chega às Edus (editoras de universidades) pré-formatado para os padrões de mercado, alcança as prateleiras das livrarias. Mas na maioria das vezes, estes escolhidos acabam se tornando uma espécie de Paulo Coelho da produção universitária, que ao longo do tempo dominam a receita para a “fabricação” de obras que atraíam os conselhos editoriais.

Tirando os afortunados, grande parte dos intelectuais ligados ao meio acadêmico enfrentam dificuldades para publicarem suas dissertações. Na Ufrgs, a Editora da Universidade alega que não possui recursos para atender toda a demanda de obras que são concluídas a cada ano. Em 96, entre inéditos e reedições, a Editora publicou cerca de 40 títulos. Somente em 95, a Ufrgs formou 104 doutores e 498 mestres, ou 602 novos pós-graduados. Multiplicando este total por

R\$ 3,5 mil (custo médio para publicação de um livro comum), seriam necessários R\$ 2,1 milhão para editar toda a produção intelectual dos cursos de pós-graduação da Ufrgs em 95. “É muito dinheiro em relação ao nosso orçamento”, afirma o pró-reitor de Pós-Graduação da Ufrgs, José Carlos Hennemann.

Outros dois grandes problemas são o formato dos trabalhos apresentados e o público a quem eles se destinam. Estes critérios são os mais significativos na seleção de um futuro livro pelo Conselho Editorial da Editora. “Os membros do Conselho preferem trabalhos mais amadurecidos e elaborados mesmo que o tema não seja original”, diz o chefe da Seção de Editoração da Editora da Universidade, Paulo Silveira.

A adaptação de uma dissertação inclui desde cortes pré e pós-textuais (como resumos, agradecimentos e anexos) até redução do título da obra. “O normal é que uma dissertação não sirva como livro, por isso o Conselho pode sugerir a lapidação de um trabalho”, observa Silveira.

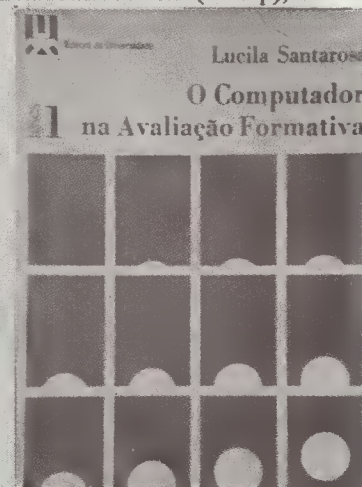
Já a falta de adequação de um tema pode condenar uma dissertação ao eterno anonimato. “O trabalho voltado para especialistas restringe o público”, garante o chefe da Editoração. “Não existe mercado editorial para pesquisas muito dirigidas”, concorda Hennemann.

Tentativas e Erro

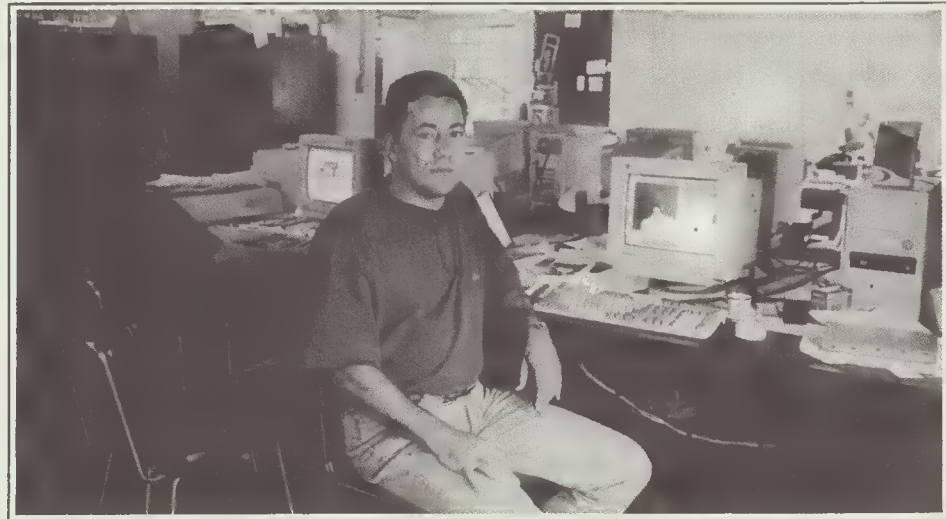
Sem pensar no retorno financeiro, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), lentamente, está editando trabalhos de seus professores e alunos. O Programa de Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da Unesp (Prop) foi criado há cerca de 4 anos em uma iniciativa conjunta da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e da Fundação Editora da Unesp. Editando textos e dissertações produzidas durante o período letivo, o Prop consegue lançar até 10 publicações anuais. “Esta é a verba que a reitoria destina para o programa”, explica o assistente editorial Jévio Gutierre. “Nós utilizamos os mesmos critérios de qualquer outra publicação, passando por uma avaliação preliminar, por pareceres e pelo Conselho Editorial da Editora”, acrescenta.

Em meados da década de 80, a Editora da Universidade também sonhava em incentivar a produção acadêmica dos cursos de pós-graduação da Ufrgs com a publicação de dissertações. Aproveitando a ociosidade de uma velha impressora linotipo que tinha virado relíquia da gráfica, foi lançada a série “Teses”. Por falta de um objetivo maior do que a utilização de uma máquina obsoleta, o projeto não passou do número um. “A publicação de teses é um problema para qualquer universidade do mundo”, pondera o chefe da Seção de Editoração, Paulo Silveira. “A Ufrgs está interessada em retomar a publicação de teses”, antecipa Hennemann.

Ao mesmo tempo em que admite a incapacidade de colocar todas as dissertações na rua, Silveira reconhece que muitas instituições européias editam os trabalhos de seus alunos e professores de uma maneira econômica, porém eficiente. Em algumas universidades francesas, por exemplo, o programa de publicação de teses não passa de uma pequena gráfica que tem um único e exclusivo trabalho: reproduzir o texto original da tese, encaderná-lo, encapá-lo e gravar em letras douradas o nome do autor e o título do trabalho. Por um baixo custo, o que parece impossível vira realidade.



Série Teses ficou no 1º número



Fabírcia Osanai

“O normal é que uma dissertação não sirva como livro”, diz Paulo Silveira.

Perfil inclui assessoria a publicações acadêmicas

A Editora da Universidade foi criada em 1979 para publicar a produção intelectual da Ufrgs e dos assuntos de interesse dos acadêmicos. Sua estrutura é formada por 10 funcionários, que são responsáveis pela revisão, edição, lançamento e distribuição dos livros selecionados pelo Conselho Editorial. Presidida pelo diretor da Editora, Geraldo Huff, esta

esfera superior é composta por mais 10 representantes das áreas de Ciência e Tecnologia, Ciências Biológicas, Humanas e Letras e Artes. Além da edição das obras, a Editora presta assessoria para diversas unidades da Ufrgs, colaborando atualmente na produção de cerca de 50 publicações periódicas.

Reitores discutem gestão direta de recursos

Na busca da autonomia universitária, a Ufrgs trouxe o reitor da Universidade de São Paulo (USP), Flávio Fava de Moraes, a Porto Alegre para falar sobre o sistema de gerenciamento de recursos das três universidades estaduais paulistas. A exposição aconteceu no último dia 13 de maio na Reitoria da Ufrgs e contou com a presença da reitora Wlana Panizzi e dos acadêmicos que procuram uma solução para a maioria da instituição.

Implantado em 1989, o repasse direto dos recursos gerados pelo ICMS modificou da água para o vinho a autonomia financeira e administrativa da conhecida Santíssima Trindade das universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp). “As autonomias de pensar, de livre expressão,

didática e científica já eram exercidas de maneira satisfatória”, conta Fava de Moraes.

Segundo ele, a novidade ficou por conta da liberdade na gestão dos recursos. “Na USP, nós gerenciamos o dinheiro sem nenhuma restrição da linha onde vai ser aplicado”, explica o reitor. Com isso, a universidade não fica atrelada a um orçamento fixo e possui uma fonte permanente de verbas para privilegiar uma determinada política de investimentos. “Se conseguimos poupar, todo o lucro que obtém na gestão é nosso”, garante. “Isso faz com que a comunidade universitária se preocupe com a poupança de coisas aparentemente simples, mas que são significativas como água, luz, correio e telefonia.”

Muitos podem se perguntar se a experiência vivida em São Paulo pode se estender ao universo das instituições de ensino superior que atuam no contexto federal e estão vinculadas à política do Ministério da Educação e legislação que pode inviabilizar a flexibilização. “Eu creio que a experiência da USP se adapta em 90% às universidades públicas federais”, acredita o reitor. Para Fava, o fato de existir um contingente com mais de 15 universidades federais, que possuem suas especificidades, pode dificultar a procura por uma solução que sirva de modelo único.



Reni Jardim

Fava de Moraes falou sobre a experiência das universidades paulistas na Sala do Conselho Universitário da Ufrgs

Paulo Freire (1922-1997)

O PODER DA PALAVRA

A oralidade de Paulo Freire não expressa só o seu estilo pedagógico. Revela, sobretudo, o fundamento de toda a sua *práxis*: a sua convicção de que o homem foi criado para se comunicar com os outros. Ora, para que este diálogo seja possível, são necessárias suas condições.

(...) Paulo Freire se permite falar em liberdade, em democracia ou em justiça, porque crê nestas palavras e no seu poder libertador na medida em que encarnam a sua fé inteira, com todas as suas conseqüências, até as mais concretas. Só então a palavra, em vez de ser veículo das ideologias alienantes e/ou de

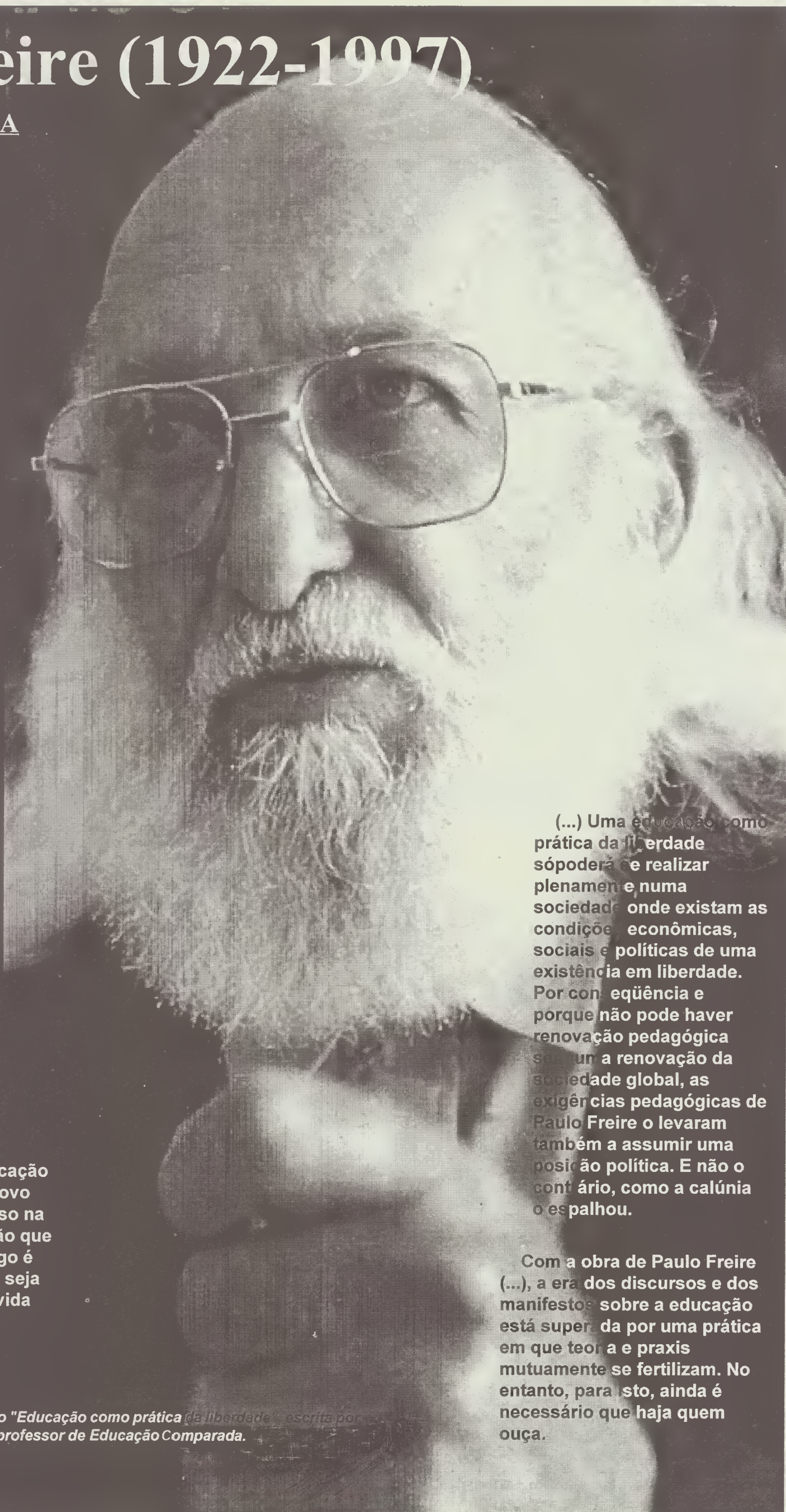
No entanto, falar com autenticidade pode ser uma mera pregação no deserto. Em particular para o pedagogo, a ausência ou a passividade dos com quem pretende dialogar é a prova máxima do seu fracasso.

Então que pensar de uma educação que admite o escândalo de um povo silenciado, marginalizado e imerso na passividade? A segunda condição que Paulo Freire propõe para o diálogo é que ninguém, numa democracia, seja excluído ou posto à margem da vida nacional.

Trechos extraídos da apresentação do livro "Educação como prática da liberdade" escrita por Pierre Furter, filósofo e educador suíço e professor de Educação Comparada.

(...) Uma educação como prática da liberdade só poderá se realizar plenamente numa sociedade onde existam as condições econômicas, sociais e políticas de uma existência em liberdade. Por conseqüência e porque não pode haver renovação pedagógica sem a renovação da sociedade global, as exigências pedagógicas de Paulo Freire o levaram também a assumir uma posição política. E não o contrário, como a calúnia o espalhou.

Com a obra de Paulo Freire (...), a era dos discursos e dos manifestos sobre a educação está superada por uma prática em que teoria e praxis mutuamente se fertilizam. No entanto, para isto, ainda é necessário que haja quem ouça.



Participação Popular e Universidade

Roberto de Azevedo e Souza*

Recentemente faleceu o grande pedagogo que foi Paulo Freire, cujo sepultamento foi acompanhado da canção de Geraldo Vandré, conhecida, primeiramente por “Pra não dizer que não falei de flores” e, posteriormente, por “Caminhando”. Ela começa conclamando: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber, Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Lembramos esse fato porque escolhêramos essa canção como paradigma do espírito da nossa tese de doutorado, que versou sobre a nossa incrível, injusta, cruel e escandalosa iniquidade social.

Na sua última entrevista, Paulo Freire — conforme consta na Folha de São Paulo do dia 4 pp — dizia que ao falar em educação, ele falava em intervenção. Relatava, ainda, que um favelado lhe dissera, em certa ocasião: “Antes eu tinha vergonha de ser favelado; hoje quem deve ter vergonha é quem não briga para que isso não exista”.

Isto lembra, também, um outro grande brasileiro que foi Darcy Ribeiro, que dissera haver, no Brasil, dois tipos de intelectuais — Os indignados e os resignados.

E não é para menos pois a nossa exclusão social chegou a tal ponto de paroxismo que, segundo alguns, incendiar mendigo não é mais crime!

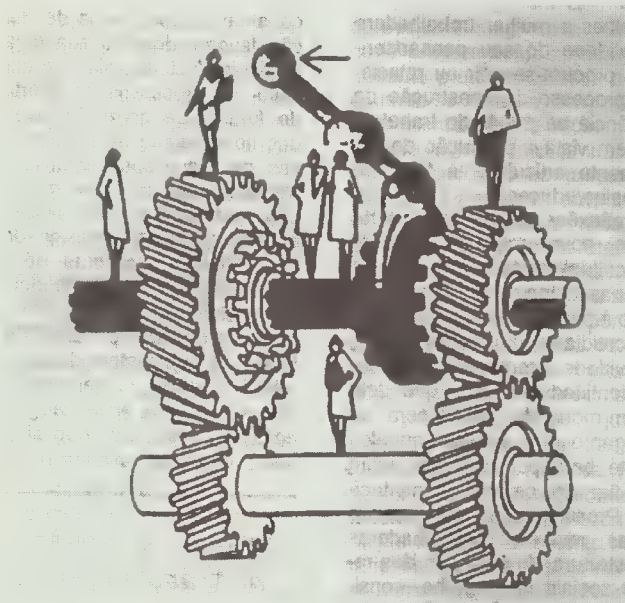
Esses fatos, o teor da canção, a identificação da educação com a intervenção, a distinção do Darcy Ribeiro e os episódios do favelado e do mendigo, são ingredientes do nosso posicionamento.

Pensando nisso que elaboráramos a tese: “A Participação Social, uma Alternativa de Mudança Social - O Papel da Universidade”.

A rigor nós examináramos as duas principais causas

dessa iniquidade, a externa e a interna. Todavia, por uma questão de dimensão deste artigo, nos deteremos somente na causa interna. Essa é identificada com a hegemonia das oligarquias regionais.

Como reza o título da tese, a Participação Popular é apresentada como uma alternativa de mudança, pois não é de



se esperar que após cinco séculos de dominação as elites mudem de “moto próprio” a estrutura e as relações sociais.

Por outro lado, os movimentos sociais, ou melhor, segundo Alain Touraine, os Novos Movimentos Sociais, têm sido pontuais, efêmeros, assistemáticos e assistêmicos. Desta

maneira, eles têm se apresentado mais como alternativas de sobrevivência do que de mudança social. Os que têm tido uma dimensão nacional e durado algum tempo pois, ainda existem, são os do “Betinho” e os do Sem Terra. Este último, com grande fôlego.

A nossa alternativa é composta de um outro elemento, conforme consta no título acima, que é o aporte da Universidade. Todavia, salvo exceções, a Universidade, como parte das elites e as formando, tem feito o papel delas, isto é, exclui, para dizer o mínimo. Assim, ela está preocupada em produzir o saber, quando não só o reproduz, e muitas vezes ele tem a ver só com a dimensão universal e nada, ou muito pouco, com a dimensão local, regional.

Vemos o aporte da Universidade, com a sua aproximação da comunidade, ouvindo-a e, num processo dialético, a práxis e a teoria são repensadas. Dessa maneira, os movimentos ganham fôlego, dimensão, etc. e a Universidade, a partir da sua Extensão, estende esse processo para a Formação e a Pesquisa.

Em recente livro que publicamos, Planejamento Participativo Microrregional, realizado a partir do estudo de caso da nossa tese, analisamos a ação da Extensão de uma Universidade voltada para a sua realidade regional concreta.

Isto é que chamamos de Nova Universidade, e propomos que em cada Universidade brasileira se criem grupos ou Centros que repensem as suas Instituições e que se organizem em rede nacional, ou quiçá, continental, trocando experiências a respeito. Dessa maneira, teremos eliminados duas grandes limitações à eficácia da Participação Popular.

*Roberto de A. e Souza é engenheiro arquiteto e urbanista e autor do livro "Planejamento Participativo Microrregional".

Conselho

Alocação de Vagas Docentes

Mário Wrege*

A discussão das alocações de vagas para docentes na Ufrgs é tanto necessária como saudável, se bem conduzida. A atual administração está tentando uma nova sistemática de decisão e abriu à discussão o assunto. Isto é bem-vindo. Assim, o Conselho de Representantes decidiu convidar as pessoas mais diretamente envolvidas com o tema para obter-se uma visão mais clara.

O CR/Adufrgs analisou o assunto e aceita que há imbalanceamentos na distribuição de pessoal - e não apenas Docente - pelos Departamentos da Universidade: por vezes há excessos, por vezes o perfil trabalhista não é o condizente com o de uma Universidade, por vezes há a criação de feudos supostamente intocáveis. O Conselho analisou as propostas disponíveis, pretendendo agir tão intelectualmente quanto possível e sem os corporativismos de praxe. Assim, no mínimo, conseguiu-se ver as seguintes características no contexto atual das propostas:

1. Visão de Ensino: valoriza-se bastante o ensino de graduação, o que é correto, mas poder-se-á tender a Universidade em um grande escolão de terceiro grau - o que ela não é. Por outro lado, põe-se as atividades administrativas numa posição realista, pois são atividades meio e não, fins. Talvez deva-se considerar mais o lado da pesquisa e da produção intelectual, que é a razão última de uma Universidade, o subproduto sendo a acumulação e a transmissão. Mas a transmissão tem ainda um viés: há que se dar especial atenção à transmissão a pessoas que terão capacidade de gerar novos conhecimentos e não apenas usá-los.

2. Visão Reducionista: é proposta uma idéia simplificadora para o processo de decisão, o que administrativamente está correto. Nada contra a simplificação, mas talvez seja por demais simplificada. Aqui há dois aspectos. (a) Um refere-se aos macro-índices: serão usados índices para decisão, porém tais índices não são transparentes pois os parâmetros básicos que os compõem não estão facilmente acessíveis. (b) Outro, o processo tende a privilegiar as áreas de Ciência e Tecnologia,

tendendo a reduzir a importância das Humanas. E nós somos humanos e a Ciência e Tecnologia só tem sentido se for entendida no contexto da Humanidade e do Ambiente Natural. Há que ensinar as pessoas a pensar e a ver o contexto.

3. Visão Bancária: é proposta a criação de um banco de vagas com uma administração contábil. Puramente contábil, de soma e diminuição, mas - muito importante - sem a terceira parte do balanço patrimonial que é a variação do patrimônio líquido. Ou seja, não há possibilidade de variação no todo da Universidade, em número (só em qualidade): o número de vagas permanece, inclusive se aumentar o número de alunos em graduação.

Há que ficar bem claro que se deseja que a Universidade seja administrada com eficiência e que, assim, retorne à sociedade o que esta nela deposita, indo além: possibilitando que a Sociedade consiga discernir e implementar o que lhe interessa com os elementos que a Universidade lhe disponibiliza. Assim, o que segue é no sentido de que as mudanças sejam dentro do espírito universitário.

A administração da Universidade é muito complexa, pois, não pode ser assemelhada a de uma empresa. Assim, como decidir entre duas atividades universitárias? Talvez esteja-se comparando coisas não comparáveis e, por isto, a tradição universitária é a da avaliação por pares. Como avaliar uma obra de arte comparativamente a uma palestra ou a uma patente? Ou o trabalho que estuda as conversas de bar com aquele que estuda a produção de cachaça? É claro que se entende que, na base, há uma “pontuação” comum, mas e no todo? Por outro lado, há que se entender, desde logo e muito claramente, que mesmo que se introduza um índice totalmente frio como um número, a sua escolha é já um processo político, assim como a sua análise e a decisão subsequente também o são (o que é mais evidente). Assim, as primeiras perguntas a serem entendidas são: a) o que motivou a proposta de mudança?; b) qual o objetivo da nova sistemática? A metodologia proposta, ao ser um método numérico, aparentemente isento e linear, não garante, por si só, a eficiência administrativa e a eficácia da produção universitária. Infelizmente - ou felizmente - a produção universitária é muito mais complexa e, por outro lado, os agentes (os

Docentes) são pessoas especiais, com necessidades especiais e critérios de trabalho e de avaliação especiais. Aqui não se produz parafuso, mas produz-se um modo melhor de produzir parafuso, o que não é a mesma coisa e nem pode ser feito pelo mesmo perfil psicológico daquela pessoa produtora de parafuso, seja o operário, seja o empresário. Além do mais, a sociedade não “compra” na Universidade algo fisicamente palpável: ela “compra” conhecimento. A Universidade não é empresa; é Universidade! Podemos aprender com os métodos administrativos empresariais, mas não apenas usá-los linearmente.

Administrativamente, busca-se eficiência e eficácia ao menor custo. Mas a impressão que se tem é a de que as propostas apenas tentam administrar a miséria: administrar as vagas existentes, realocando-as apenas, sem maiores considerações sobre as necessidades de vagas novas. Assim, nas propostas busca-se apenas uma metodologia para justificar a realocação de vagas, num processo aparentemente isento - numericamente (por índices). Por outro lado, embutida nas propostas como um subproduto há uma classificação hierárquica dos Departamentos, ao menos no que tange a vagas. Isto também gera como subproduto a competição interdepartamental. Ou seja, há que claramente diferenciar o processo administrativo puro de alocação de vagas para suprir mão-de-obra para conduzir o trabalho, de outro, também administrativo, mas mais filosófico, de excelência acadêmica. No entanto, ambos têm que ser buscados concomitantemente.

Em conclusão, há que se deixar claro que o processo de realocação de vagas pré-existentes é um procedimento administrativo necessário e, além disso, deveria ser corriqueiro. Mas devemos entender que aqui se inicia, apenas, uma caminhada. Tal caminhada deverá resultar num melhor conhecimento do que seja uma Universidade e também do que seja esta Universidade. Talvez, no mínimo, há duas questões a serem resolvidas claramente: como promover a interdisciplinariedade?; como promover a excelência?

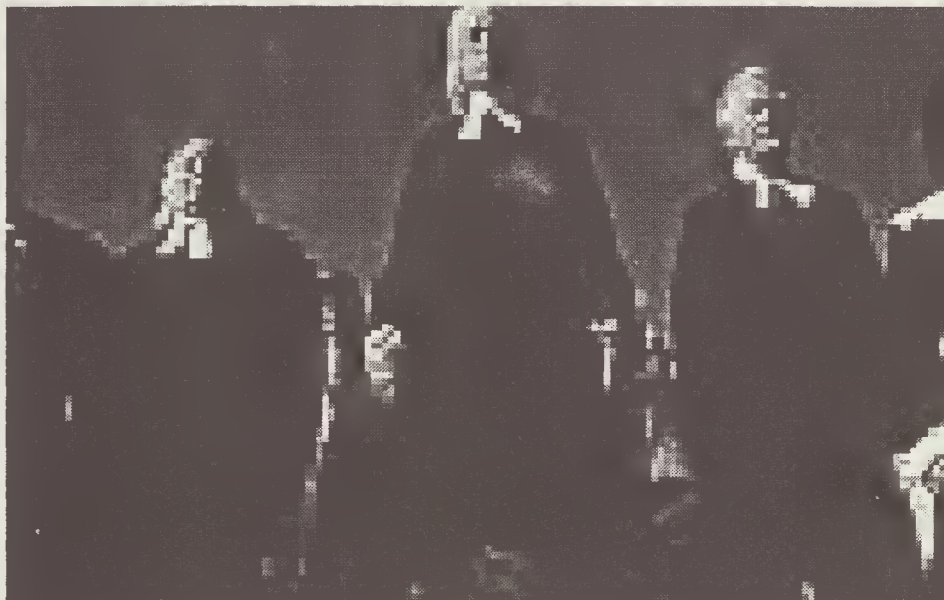
*O autor é secretário do Conselho de Representantes. Este texto refere-se à reunião do Conselho no dia 08/05/97.

O caça às bruxas do fim de século

Um homem pode suportar quase tudo. Ser humilhado, roubado, castigado, torturado ou até mesmo, traído. Mas não peça para este mesmo homem vender seu nome — o arcabouço da honra — em troca do conforto de ser aceito pela sociedade. Mais de 300 anos depois do fato histórico, o dilema central de *As Bruxas de Salem* (1996), filme baseado na peça *The Crucible* de Arthur Miller, continua batendo como o punho de um peso-pesado bem no meio da nossa cara. Na pequena comunidade de Salem, Massachusetts, em 1692, meninas acuadas por um puritanismo extremado desencadearam um caça às bruxas que se estendeu por quase duas décadas e levou à morte dezenas de pessoas.

Nestes tempos de globalização, patrulhas ideológicas (formadas por soldados do politicamente correto) e a tecnologia da informação, que torna real a fantasia do Big Brother captada por George Orwell, impõem uma pena mais cruel sobre nossas cabeças. No lugar da força, que trazia a liberdade, consolidamos a era do ostracismo verbal como instrumento de punição perpétua. "Crucificável" é todo discurso desprovido da lógica do consenso, da ética do corporativismo.

Miller escreveu sua peça nos anos 50, época em



puritanismo dos reverendos (american way of life) não foi suficiente.

Era preciso mais. O tribunal montado para livrar do mal o pequeno povoado, temente a Deus (capitalismo) e à família real inglesa, foi comandado pelo pulso forte e imparcial do juiz Danforth (Paul Scofield). Baseando sua análise na expectativa da população e valendo-se do julgamento das meninas acusadas inicialmente, o Macarth de Salem disse o que todos queriam ouvir: para se livrar do Maligno, era preciso exterminar seus agentes.

Aparentemente, hoje a perseguição política ou ideológica não tem razão de existir. Com a

queda do Muro de Berlim e o fim das experiências socialistas, criou-se uma unanimidade apática e a Humanidade parece caminhar para o Nirvana coletivo, onde a pluralidade de idéias, de crenças e de estilos de vida convivem pacificamente sem a necessidade de safanões. Pura manipulação. O filme dirigido por Nicholas Hytner, bem como as revoltas civis, os movimentos de massa e os conflitos étnicos, estão aí para lembrar que uma sociedade só anda no mesmo passo quando se mantém aberta a temporada de caça aos demônios.

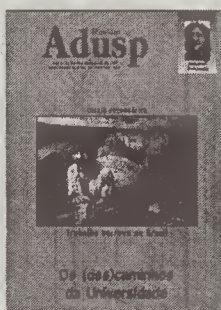
que o senador Joseph Macarth tinha plenos poderes para dilacerar a sociedade científica e cultural norte-americana em busca de comedores de criancinha. O próprio dramaturgo sentou no banco dos réus. Saiu de lá com uma peça. Pela analogia das situações, a Salem de Miller pode ser considerada um retrato 3 por 4 da sociedade americana do pós-guerra. Para conter o inimigo externo (demônio/comunismo) que entrava nos corpos de meninas como Abigail Williams (Winona Ryder) e dominava a razão de homens de bem como John Proctor (Daniel Day-Lewis), o

ORELHA

Revista Adusp

Associação dos Docentes da Usp

Com o propósito de debater importantes questões sócio-político-econômicas, vários articulistas analisam o ensino superior e os rumos da economia brasileira. Esta edição apresenta também um ensaio fotográfico de J. Ripper sobre o trabalho escravo em diversas regiões do Brasil.



Notas de Imunologia

Maria Lúcia Scroferneker Profissionais (ex-alunos), professores e cientistas descrevem todo o arcabouço da imunologia, das bases até seus aspectos atuais. Um texto dinâmico, com tema tão árido para os clínicos e iniciantes, que se destina a entusiasmar estudantes da área biológica, mais especificamente aos da área da saúde.

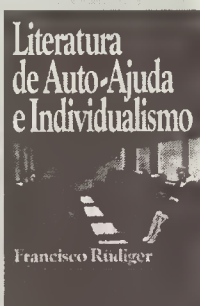
Ed. da Universidade/Ufrgs - 512pp. R\$ 32,00.



Literatura de Auto-Ajuda e Individualismo

Francisco Rüdiger

O autor tenta dar respostas ao intrigante êxito dessa literatura e nos remete para uma análise complexa que foge dos clichês sobre o assunto e enriquece a nossa capacidade de entender este fenômeno, nascido há décadas, e que alcança o seu apogeu no final deste século. Uma obra inédita no mercado brasileiro. Ed. da Universidade - 296pp. R\$ 18,00



História da América Latina: cinco séculos

Claudia Wasserman, Benito Schmidt, Helen Osório, Cesar Guazzelli e Susana de Souza.

Estes textos cobrem o período que vai do descobrimento até a formação dos estados latino-americanos e apresentam uma análise do conteúdo desses processos. Também possuem uma crítica historiográfica importante para o desenvolvimento do debate sobre temas fundamentais da história subcontinental. Ed. da Universidade - 224pp. R\$ 15,00.



BIBLIOTECA

Os principais artigos publicados na revista *The World Today* (nº 5, maio de 97), editada pelo Instituto Real de Relações Internacionais.

Diplomacy In Orbit

Giles Alston

Dealing With The Dispossessed - Reginald Hlbbert

The 'Other Europe' Seeks a Welcome - Agnieszka Gogolewska, Dorina Nastase, Marko Osolnik

Not Looking Forward To a New Era In Iran

Hazhir Teimourian

First Ladies Demand Rights

Margot Light

Heroines And Harridans

Derek Davies

Towards a Beautiful Horizon?

Paulo S. Wrobel

Tearing Down Opaque Walls

Jean-Pierre Lehmann

London Review of Books

Vol. 19 - nº 8 - 24 de abril de 1997

In Search of new Enemies - Stephen Holmes

Poem: 'King of Cats' - Paul Durcan

In Memoriam - V.S. Pritchett - John Bayley

Tomorrow in the Battle Think on Me by Javier Marias - Michael Wood

The Foundation Pit by Andrei Platonov - Gaby Wood

Huxley: Evolution's High Priest by Adrian Desmond - Eric Korn

Congo Journey by Redmond O'Hanlon - Anthony Appiah

Justice, Nature and the Geograph of Difference by David Harvey - Terry Eagleton

Ghosts in the Palace - Tom Nairn

Michael Heseltine by Michael Crick - Simon Hoggart

Poems: 'Boat', 'Clomp' - Andrew Johnston

TV's March to the Polls - Ian Hamilton

Diary - Edward Luttwak

The Bicycle by Pryor Dodge - E.S. Turner



O filósofo da pedagogia libertária

*Pedagogo por definição, Balduino Antonio Andreola (64), crê no poder transformador da palavra, e dedicou a maior parte de sua vida à teoria e prática do ensino. Aliou a isso o estudo de Filosofia e Teologia. Para ele, o conhecimento por si só carece de sentido, deve estar associado ao Homem e à sua transformação. E o maior desafio a quem se dedica a essa transformação é "reinventar um conhecimento que tenha feições de beleza, sabor de vida e cheiro de gente, pois estamos num século necrófilo, que se especializou na ciência da guerra, da morte e da destruição". Em sua espartana sala na Faculdade de Educação, Balduino contou ao **Adverso** um pouco de sua visão de Universidade.*

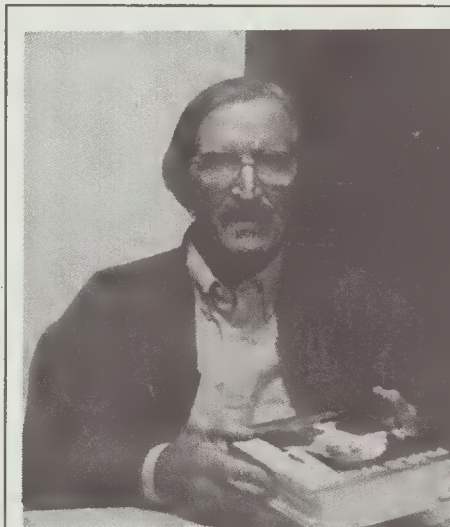
Por **Silvanio Mariani**

ADVERSO - Porque o senhor decidiu se aposentar?

Balduino - Eu teria gostado de continuar na ativa. Relutei em me aposentar e lastimo que se deva deixar a universidade em função de ameaças a direitos conquistados. Mas estou ligado ainda à Ufrgs. Até que puder incomodar e não me incomodarem demais, eu fico. Sou orientador de 3 doutorandos e 6 mestrandos. Ou seja, estou com muito trabalho. Sou bolsista pesquisador do CNPq, tenho compromisso de permanecer na instituição até o término da bolsa. Mas estou cumprindo, sobretudo, o compromisso moral que assumi com meus colegas, com os mestrandos e doutorandos. E faço questão de frisar um detalhe: quando parti para o doutorado em 1981, assumi um compromisso com a Capes de que permaneceria na minha instituição ao menos o tempo correspondente à bolsa, que foi de 3 anos e 9 meses. Eu terminei o doutorado em maio de 85, e fiquei na Ufrgs até abril de 96. Ou seja, 11 anos. Faço questão de sublinhar isso porque não está acontecendo o mesmo em todas as situações. Houve muitos casos de pessoas que se aposentaram logo depois de concluído o doutorado. Quando defendemos a universidade pública como patrimônio da sociedade, precisamos estar respaldados pela coerência em honrarmos nossos compromissos éticos. Penso que a Adufrgs e a Reitoria poderiam promover conjuntamente um amplo debate sobre esse e outros assuntos polêmicos.

ADVERSO - Qual é o papel a ser cumprido pela Universidade?

Balduino - Acho que devemos salientar avanços que aconteceram na Ufrgs no caminho de uma inserção orgânica com o processo histórico de seu povo, como diria o Ernani Fiori. Isso aconteceu através dos projetos da Universidade com os movimentos populares, especificamente com o meio rural e com as vilas e populares de Porto Alegre, como a Vila Cruzeiro e a Vila Grande Glória. Essas são duas frentes, mas há inúmeros outros projetos dessa abertura para a comunidade. Não tem que ser numa linha assistencialista, paternalista ou de prestação de serviços, mas buscando



BALDUÍNO ANDREOLA:

"A dialética é a realidade de nossa existência, e as contradições são parte da construção das grandes teorias. Sem Hegel e sem Marx, não teríamos muita coisa. Mas a dialética de Ernani Fiori e de Paulo Freire não é a mesma que a dialética marxista ou hegeliana"

inserir-se intrínseca, radical e profundamente no dinamismo totalizante de cultura do povo, como diria o Fiori. Eu participei na elaboração da reforma do Estatuto, e ali está muito clara uma nova concepção de extensão, que leva a pensar uma Universidade numa integração com a sociedade mediante a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão superando concepções dicotômicas e assistencialistas. Tampouco podemos ver a extensão como algo acessório à Universidade.

ADVERSO - Podes citar exemplos dessa inserção da Universidade?

Balduino - Há avanços que partiram da Pró-Reitoria de Extensão na administração anterior. Há projetos de pesquisa que demonstram essa preocupação de construção de um conhecimento a partir da realidade política, social, econômica e educacional. Falando da Faculdade de Educação, eu daria ênfase às práticas de ensino, aos estágios de nossos estudantes de pedagogia nas escolas públicas de periferia. Os alunos são levados a se inserirem na realidade educacional desde o tempo da própria formação, não só ao final do estágio. Existem pesquisas relacionadas com meninos e meninas de rua, com os sem terra, com o movimento negro, com a educação no meio rural. Então, não é apenas o que faz a Prorext, saliento também as pesquisas nesta linha. Ao mesmo tempo em que enfatizo essa abertura da universidade para a sociedade, acho que os professores nesses projetos são minoria. Há muita coisa a ser feita para que a universidade cumpra seu compromisso histórico com o povo.

ADVERSO - Em caráter de provocação: pode-se considerar que a Universidade possui uma estrutura medieval?

Balduino - Vou torcer a tua argumentação. Tomara que a Universidade seja mais medieval. Lembro um dia em que o professor Cirne Lima, num painel no Salão de Atos, lembrou a universidade medieval como um quadrilátero. Eram 4 cursos fundamentais: medicina direito, filosofia e teologia, e no centro, havia a praça, como nos mosteiros, que era o lugar do encontro. Naquela ocasião, eu improvisei um cartaz com a frase "queremos a praça". A nossa universidade foi pulverizada fisicamente. Temos 3, 4 ou 5 campus, nem sei mais. Fomos disseminados, e não nos encontramos mais. Na PUC, a gente anda e por toda parte se encontra com colegas, alunos, e há uma osmose acadêmica, há diálogo, a gente é provocado a todo

momento para isso. Quanto à missão da universidade, já escrevi que não basta o conhecimento científico em todos os campos da ciência, que por si só é sombria, trágica, insensata se carece de sentido. O desafio para os pesquisadores de fim de milênio é reinventar um conhecimento que tenha feições de beleza, reconstruir uma ciência que tenha sabor de vida e cheiro de gente, pois estamos num século necrófilo que se especializou na ciência da guerra, da morte e da destruição. Concordo numa racionalidade pós-moderna que seja a da solidariedade, e não da desconstrução, do fim da história e das utopias.

ADVERSO - Partiu do senhor a idéia de conceder o título de doutor *honoris causa* a Paulo Freire?

Balduino - Sim, e antes de encaminhar formalmente a proposta, ela foi votada por unanimidade numa assembléia de greve do movimento docente. Houve depois unanimidade no colegiado do meu departamento e na congregação da FAGED, e finalmente no Conselho Universitário. Eu dizia, na época da votação, que conceder o título a Paulo Freire não era apenas um ato acadêmico, mas também um acontecimento político da maior importância para a Universidade, porque iria receber tal reconhecimento um dos mais ilustres dos cassados, e exilados. E isto justamente numa das universidades mais humilhadas pela ditadura. Salientei no meu discurso que tal outorga foi o resgate histórico da dignidade desta Universidade. Ao mesmo tempo, conferir o título a um educador que sempre se preocupou as dimensões democráticas da educação, significava assumir um compromisso com as classes populares.

ADVERSO - Qual a maior contribuição de Paulo Freire? Foi um revelador da consciência política pedagógica?

Balduino - O que é afinal a conscientização? Seria longa a discussão, e há muitos anos Freire já não usava o termo por causa das distorções que sofreu. De qualquer modo, a maior contribuição de Paulo Freire, foi continuar coerente com sua proposta. Sua palavra continuou sendo proferida com todo o vigor. A bibliografia freireana, incluindo seus artigos, escritos, livros, teses e dissertações, dele ou sobre ele, somam mais de 6 mil títulos. Ele é considerado, por Roger Garandy e muitos outros, o maior educador do nosso século.

ADVERSO - O senhor planejava escrever um livro com ele. E agora?

Balduino - Eu lancei a idéia de um livro dialogado sobre o Ernani Fiori. Ele não titubeou um instante, se entusiasmou. Mas ele estava preocupado que não fosse apenas uma obra biográfica, queria reler os escritos do Fiori. E iríamos fazer uma entrevista prévia no segundo semestre. Agora ficou o compromisso. Lastimo não ter escrito com ele. Mas tenho material em que ele falou sobre obra do Ernani. Com certeza irá sair um livro em que resgatarei tudo que Freire disse ou escreveu sobre o Fiori. Isso faz parte de um projeto de pesquisa já encaminhado ao CNPq.

ADVERSO - Quais foram suas maiores alegrias enquanto educador?

Balduino - Tive muitas. Mas tenho a tendência de olhar o negativo. Minha educação me leva a isso. É minha tendência psicológica. Posso dizer, porém, que tive muitas alegrias e esperanças. Eu sempre falo que agora devo aprender com meus filhos, com meus filósofos, Diego, de 11 anos, e Michel, de 9. Desafios que todos dias me apresentam. Todas as grandes teorias, todos os dias viram humildes hipóteses e todo dia a gente tem que aprender. Mas eu tive muitas alegrias como educador nos vários colégios e nas diferentes universidades em que lecionei.

ADVERSO - E os maiores dissabores?

Balduino - Eu acho que se falasse dissabores, seria numa linha psicológica de desabafo, de frustração. Prefiro colocar mais numa dimensão dialética. Paulo Freire dizia que o Fiori não era dialético; ele era a própria dialética, ele somatizava, integrava, corporificava em toda a sua vida a dialética, no seu modo de ser, de pensar de dar aula e de debater e discutir os grandes problemas. A dialética é a realidade de nossa existência, marcada de momentos de glória de dissabores, de frustração. Faz parte da vida. Uma das coisas que mais me marcam, no sentido negativo, é que nós, professores universitários, não sejamos capazes de debater em alto nível nossas diferenças. Muitas vezes levamos isso para o lado pessoal. Acho que a gente devia ser capaz de discutir com paixão, e ao mesmo tempo com compaixão. Não no sentido de piedade, mas de *cum pati*, padecer com, sentir com, ou seja, em profunda comunhão com as pessoas. Eu uso o termo como o Dalai Lama, no seu sentido etimológico. Acho que há muito caminho a andar para sabermos conviver com a diferença. E faço questão de lembrar o Emmanuel Mounier quando ele cita o mestre Charles Peguy: "Os grandes filósofos, longe de se contraporem, se complementam". Não significa colocar tudo junto como se fosse tudo igual. Existem as contradições, que são leis da vida, da história, e fazem parte da construção das grandes teorias. Sem Hegel e sem Marx, não teríamos muita coisa, mas a dialética hegeliana não é a mesma que a dialética marxista.

ADVERSO - O senhor se considera um romântico?

Balduino - Na linha teórica, não. Agora, na linha da amorosidade, na linha da utopia todos nós podemos nos colocar como românticos. Todos somos sonhadores.